



## Estado de Mato Grosso

## LEITURA NA SESSÃO

## Câmara Municipal de Cáceres

PROTOCOLO	Em 12/11/2021 Hrs 09:55 Sob nº 4542 Ass.: Policini Pilic		Projetos De Lei		APROVADO
			Projeto De Decreto Legislativo		
			Projeto De Resolução		Presidente da Câmara
			X Requerimento	N° <u>239/2021</u>	
			Indicação		REJEITADO
			Moção		
			Emenda		Presidente da Câmara

**AUTOR: CÉZARE PASTORELLO** 

**SOLIDARIEDADE** 



O Vereador Cézare Pastorello, Solidariedade, propõe ao Augusto e Soberano Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente à Ilmo Secretário Municipal de Administração, Wilson Massahiro consubstanciado na seguinte Proposição Plenária:

- 1. Considerando que a Lei Complementar 47/2003 traz, no seu Art. 39, I, a expressa referência aos 45 dias de férias dos professores em exercício, e o Art. 40 o pagamento do adicional de 1/3 correspondente ao período de férias (de 45 dias), sendo vedado o cômputo do recesso como férias (Art. 39, §1ºº, vem REQUERER justificativa para o não-pagamento integral do direito legal nos anos anteriores a 2021.
- 2. Requer ainda, este vereador, o encaminhamento de quaisquer pareceres internos sobre o tema
- 3. O impacto financeiro para o pagamento integral do terço adicional de férias e;
- 4. A previsão do pagamento integral no ano de 2021.

CEZARE **PASTORELLO** MARQUES DE PAIVA:83765484504 Dados: 2021.11.12

Assinado de forma digital MARQUES DE PAIVA:83765484504

Cézare Pastorello Vereador Cézare Pastorello

Solidariedade

Este documento contém anexo, que vai digitalmente assinado nos termos da Lei Nº 14.063/2020.

A Constituição Federal, em seu art. 7°, inciso XVII, assegura o gozo de férias anuais com, pelo menos, um terço a mais do salário normal (1/3 constitucional).

Já a Lei Complementar 47/2003, que regula as carreiras da Educação Municipal, traz, expressamente, quanto as férias (com destaques nossos):

- 1. Gozo de 45 dias para professores (Art. 39, I);
- 2. Divisão em dois períodos concessivos (Art. 39, I);
- 3. Vedação ao cômputo do recesso como férias (Art. 39, §1°);
- 4. Pagamento de 1/3 de salário correspondente (Art. 40)

SEÇÃO II - DAS FÉRIAS

Art. 39. O período de férias anuais do titular de cargo da Carreira dos Profissionais da Educação Municipal será de:

I – 45 (quarenta e cinco) dias para professores, em função docente, de acordo com o calendário escolar, sendo 15 (quinze) dias no término do primeiro semestre letivo e 30 (trinta) dias no final do segundo semestre letivo:

[...]

§ 1º Não serão computados o período de recesso anual da Prefeitura municipal na totalização do período de férias do profissional da Educação Municipal.

[...]

Art. 40. Independente de solicitação, será pago ao Profissional da Educação Municipal, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) salário correspondente ao período de férias, no mês que a antecede.

Ficando lídimo e claro que ao professor, cargo em sacerdócio exercido por servidores públicos, tem direito a 45 dias de férias, a serem gozados em 2 (dois) períodos concessivos e FIXOS, sendo um período de 30 dias e um período de 15 dias. Claro também, que, independentemente de solicitação, no mês que antecede o período de 30 dias deve ser pago o

Cpastorello

adicional de 1/3 sobre 30 dias, e no mês que antecede o período de 15 dias, por evidente, deve ser pago o adicional de 1/3 sobre 15 dias.

Nessa esteira, o Tribunal de Contas de Mato Grosso, por meio da Resolução de Consulta 01/2019, apresentada em sessão do Tribunal Pleno, (processo 33.991-1/2018) já decidiu (destaque nosso):

Ementa: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL. CONSULTA. PESSOAL. DIREITOS SOCIAIS. ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE O PERÍODO TOTAL DE FÉRIAS. 1) O adicional de 1/3 de férias deve incidir sobre todo o período de férias a que o trabalhador tem direito, conforme estabelecido na legislação aplicável à respectiva profissional, não estando categoria obrigatoriamente ao período de 30 dias. 2) Prevendo a legislação de regência período de 30 (trinta) dias de férias e 15 (quinze) dias de recesso, o cálculo do terço constitucional deverá recair apenas sobre o período de 30 (trinta) dias. 3) No período de recesso o trabalhador fica afastado de suas atividades, podendo, contudo, ser convocado para o trabalho por determinação do superior. Por outro lado, estando em gozo de férias a convocação somente pode ocorrer em situações extraordinárias prevista na legislação.

Tal resolução foi votada por unanimidade pelo Tribunal Pleno da corte de contas, sendo evidente que o pagamento de apenas um período concessivo aos professores é ilegal, visto que a legislação vigente atende a todos os requisitos considerados nos argumentos da Resolução de Consulta TP 01/2019.

Diante do exposto, por medida de justiça aos profissionais da educação no exercício da docência, vimos requerer a justificativa para o não-pagamento, nos anos anteriores, da integralidade das férias dos professores.

Complementarmente, requeremos ainda o impacto financeiro para o pagamento integral, sendo certo que as respostas oriundas do Executivo servirão para formalizar DENÚNCIA ao Tribunal de Contas de Mato Grosso

Cpastorello

em relação às contas anuais anteriores da Prefeitura Municipal de Cáceres.

**LEGALIDADE** 

Com fulcro no Art. 40, III, da Lei Orgânica Municipal, e do art. 3°, § 3° e 4°, do Regimento Interno desta casa.

Cpastorello 4